

Agora é Lula: Enquadramentos do Governo do PT Pelo Jornal Nacional¹

Karenine Miracelly Rocha da Cunha
Unesp (Universidade Estadual Paulista)²

Resumo

A pesquisa analisa a cobertura jornalística de temas relacionados ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizada pelo Jornal Nacional da Rede Globo, o mais importante telejornal brasileiro. Por meio da análise de enquadramento de reportagens sobre as reformas constitucionais (previdenciária e tributária), a definição da taxa de juros e o caso Waldomiro Diniz, temas direta ou indiretamente relacionadas ao governo Lula, verifica-se como o Jornal Nacional destaca ou atenua aspectos favoráveis ou desfavoráveis à gestão federal de modo a torná-los mais ou menos visíveis. Ao final do estudo, conclui-se que o telejornalismo da Rede Globo pratica enquadramentos pouco críticos ao governo federal, fenômeno observado em outros trabalhos a respeito de governos anteriores.

Palavras-chave

Rede Globo; Jornal Nacional; análise de enquadramento; Lula.

Introdução

Em 2005, a Rede Globo completa 40 anos no ar. São quatro décadas em que a emissora conquistou a liderança na televisão brasileira no que diz respeito à audiência, abrangência do sinal e qualidade técnica de produção diversificada e de distribuição do que é produzido. O seu principal telejornal – o Jornal Nacional –, cinco anos mais novo que a emissora hegemônica da mídia brasileira, guarda os mesmos méritos e chega em 2005 com um *status* que lhe foi conferido desde sua edição inaugural, em 1º de setembro de 1969: o de líder de audiência, ocupante de um patamar de grande prestígio no horário nobre da Globo.

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Essa pesquisa é um resumo da dissertação de mestrado de mesmo nome defendida em março de 2005 na Unesp/Bauru.

² Jornalista, mestre em Comunicação pela Unesp. Contato: karenine@folhadaregio.com.br.

Por meio do Jornal Nacional, a Rede Globo marcou presença na transmissão dos principais acontecimentos da vida política, econômica, cultural e comportamental da sociedade brasileira das últimas décadas. Nesse período, o Jornal Nacional tornou-se um programa muito popular e fez jus ao seu nome à medida em que é assistido pela maioria dos telespectadores de um país com dimensões geográficas tão grandes e realidades sociais expressivamente discrepantes.

O Jornal Nacional influencia o conhecimento dos fatos e a opinião da sociedade brasileira, o que o torna um objeto de estudo de grande valia para a comunicação mediática no Brasil, principalmente na área de confluência da mídia e da política (SILVA, 1985). Durante sua trajetória, revestido por enquadramentos oficialistas, por vezes o Jornal Nacional da Rede Globo divulgou representações favoráveis a determinados grupos políticos ou econômicos, o que revelou seu engajamento nas decisões políticas e na realidade brasileira (LIMA, 2001; MATOS, 1994). Há estudos sobre episódios exemplares que demonstram essa característica da cobertura política da Globo por meio do Jornal Nacional: o boicote a Leonel Brizola nas eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982; a cobertura da greve dos petroleiros de Paulínia em 83; a cobertura da campanha das Diretas-Já em 84; a edição do debate dos presidentiáveis Lula e Collor em 89; a cobertura das eleições de 94 e 98 (AMORIM, 2004; CUNHA, 1998; GUIMARÃES & VIEIRA, 1985; LIMA, 2001; LIMA, 1998). Em todos esses momentos, o Jornal Nacional caracterizou-se por empreender um tom oficialista a seu conteúdo, que muitas vezes defendeu e pouco criticou o governo federal, especialmente durante o Regime Militar.

Juntamente com o Jornal Nacional e a Rede Globo, o PT (Partido dos Trabalhadores) constitui outra face do objeto de estudo desta pesquisa. É importante destacar que essas faces são tratadas conjuntamente visto que esta pesquisa é uma tentativa de desvendar as relações da Globo, por meio de seu principal telejornal, com o partido que ocupa a presidência da República atualmente: na gestão iniciada em 2003 pelo PT, que fez oposição ao Regime Militar e foi crítico das políticas econômicas dos últimos governos federais, o Jornal Nacional continuou a utilizar o enquadramento oficialista, que o caracterizou desde sua criação, ou passou a fazer um telejornal crítico em relação ao governo do PT? Ou seja, como ficou a cobertura do Jornal Nacional, visto que este

noticiário utilizou vários enquadramentos desfavoráveis ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquanto ele era apenas um candidato nas três eleições diretas da Nova República (em 1989, 1994 e 1998)? É o que procura responder o presente trabalho, ao discutir a relação entre a Rede Globo e o governo federal e as possíveis interferências no telejornalismo da emissora.

Lula apresentou-se como o candidato da oposição mais importante durante as quatro eleições após a abertura política e o retorno às eleições diretas para a presidência da República, até vencer o pleito de 2002. Aos 25 anos, o PT ainda representa o partido cuja bandeira é a transparência e um governo popular, voltado para o social, contra o neoliberalismo e a política econômica de juros altos, privatizações e especulação, embora muitas transformações tenham ocorrido em sua base ideológica (SINGER, 2001). Até as eleições de 1998 o PT ainda era considerado a principal agremiação de esquerda do cenário político brasileiro, posição contestada atualmente por vários cientistas políticos que se baseiam nas novas inflexões ideológicas do partido, na abertura para alianças políticas antes inaceitáveis e nas diretrizes econômicas adotadas pelo governo federal. Embora tenha mudado ao longo do tempo, sobretudo no último pleito, em que o PT apresentou profundas transformações em suas atitudes e em seu discurso, o Partido dos Trabalhadores ainda é hoje uma referência no espectro político brasileiro por prezar essas bandeiras, com expressiva representatividade nas Prefeituras, assembleias legislativas estaduais, na Câmara Federal e no Senado³.

Logo que o resultado das eleições de outubro de 2002 foi anunciado e a vitória de Lula divulgada, percebeu-se uma certa preferência do petista com relação ao mais importante telejornal da Globo: Lula concedeu entrevista somente a essa emissora após eleito; foi tema de uma reportagem especial do Fantástico do mesmo Domingo; participou ativamente da edição do dia seguinte do Jornal Nacional, e inspirou o Globo Repórter da mesma semana.

Um fator apontado para essa conversão, posto em debate por este estudo, é a crise financeira que afeta a mídia brasileira e a torna candidata a empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), isto é, à ajuda do governo federal (MIGUEL, 2004. In: Rubim, 2004). Esse possível socorro federal indica a

interdependência do governo e da Globo, cada qual com seu interesse corporativista: a emissora, de restabelecer suas finanças, e o governo, de manter uma boa relação com a emissora mais importante do Brasil.

Buscamos indicar nesta pesquisa as relações entre Globo, Jornal Nacional e Partido dos Trabalhadores por meio da análise de enquadramento – *frame analysis* – que permite verificar as representações instauradas pelo Jornal Nacional sobre três temas que indiretamente contribuem para a orientação de interpretações sobre o governo Lula. Os temas escolhidos para análise de enquadramento pelo telejornal são: as *reformas constitucionais (previdenciária e tributária)*, a definição da *taxa de juros* e o *caso Waldomiro Diniz*. Esses assuntos foram eleitos após um acompanhamento criterioso do Jornal Nacional durante vários meses – entre fevereiro de 2003 e abril de 2004. A relevância desses temas para o desempenho do governo federal na esfera social e promoção do desenvolvimento (reformas), econômica (taxa de juros) e política (caso Waldomiro) justifica sua escolha para compor o *corpus* desta pesquisa. As análises empreendidas seguem o roteiro convencional da *frame analysis* e busca identificar os enquadramentos delineados pelo telejornal sobre o assunto eleito pelo presente estudo.

Análise de enquadramento

A importância atribuída pela audiência a determinados fatos coincide com a ênfase dada pela mídia aos acontecimentos da vida pública, através do destaque ou supressão de alguns detalhes e enquadramentos específicos. Isto é, a mídia também exerce o poder de dizer como se deve pensar os temas existentes na agenda pública, sobretudo por meio dos telejornais, fato que pode ser explicado pelo conceito teórico de enquadramento ou *framing*, assim conceituado:

“O *framing*, de modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda. (...) O conceito de *framing* consiste em oferecer o modo de descobrir o poder do texto comunicativo. Produzir um

³ Dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) indicam que o PT elegeu 411 prefeitos no pleito de 2004 e três governadores, dez senadores e 91 deputados federais em 2002.

enquadramento é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e dar a eles um destaque maior no texto comunicativo.” (COLLING, 2001:94-95)

Para Robert Entman (1991), um dos maiores estudiosos do conceito de *framing* aplicado ao Jornalismo, enquadrar uma notícia consiste em selecionar certos aspectos da realidade e os tornar mais salientes no conteúdo da mídia, de tal forma a promover um problema, uma interpretação, uma avaliação moral, ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Portanto, os enquadramentos diagnosticam, avaliam e prescrevem os conteúdos das notícias. Ao contrário dos critérios de noticiabilidade, que em muitos casos são involuntários, os enquadramentos nem sempre são relacionados às rotinas produtivas e freqüentemente resultam de uma subordinação a determinadas ideologias, justificadoras das representações instauradas pelos *framings*.

Os enquadramentos dominantes tendem a obscurecer as informações que não interessam e não corroboram a ideologia do grupo que controla a mídia, apesar da inevitável polissemia dos textos jornalísticos. “*Isso significa fazer uma parte da informação mais noticiável, significável, ou memorável para as audiências*” (ENTMAN, 1994:295 – tradução da autora). Um enquadramento dominante pode obscurecer totalmente alguma informação que seja oposta ao que o *framing* quer veicular como verdade dos fatos.

Os enquadramentos tornam algumas idéias mais enfáticas e outras aparentemente inexistentes, sem nenhuma importância; ou seja, determinadas informações são mais discerníveis e memoráveis que outras, dependendo do enquadramento dado à notícia. O enquadramento consiste em uma propriedade específica das narrativas jornalísticas que estimulam determinadas compreensões ou pensamentos sobre os eventos descritos para desenvolver entendimentos particulares sobre eles. Os enquadramentos dos telejornais, via de regra, são construídos a partir das e estruturados nas imagens visuais (sobretudo as que concedem o toque espetacular) palavras-chaves, metáforas, conceitos fundamentais, símbolos etc.

Entman (1994:297) destaca que as representações mediáticas interferem no exercício do poder quando os enquadramentos aparecem em notícias de cunho político. No entanto, a realidade da mídia brasileira demonstra que até mesmo as notícias que não apresentam um cunho puramente político podem ser influenciadas por enquadramentos da

política. Isso porque os assuntos formam uma única conjuntura e os temas mais desengajados, como notícias sobre economia, situação social etc., tendem igualmente a influenciar as tomadas de decisão política e a se revestir da ideologia política predominante na mídia.

O *corpus* desta pesquisa é composto por reportagens reunidas em três grandes temas, que foram escolhidos por constituírem acontecimentos marcantes no cenário político nacional durante os dois primeiros anos da gestão Lula (2003-2006), ou seja, são verdadeiros momentos de tensão, importantes por suas causas e conseqüências, e mereceram destaque da mídia por gerarem interesse entre a audiência - logo, por entrarem para a agenda pública.

Os temas selecionados para análise relacionam-se diretamente à *sociedade e promoção do desenvolvimento (reformas constitucionais)*, à *economia (taxa de juros)* e à *política (caso Waldomiro Diniz)*. Os três temas têm relação direta ou indireta à conjuntura política brasileira e, portanto, ao governo Lula. De certa forma, as causas dos temas analisados e/ou as conseqüências geradas por eles têm ligação com o governo federal. Por isso, a análise empreendida permite identificar como foram os enquadramentos utilizados pelo Jornal Nacional para veicular os três temas selecionados e que mantêm vínculos com a primeira gestão federal petista da história política do Brasil. Esses enquadramentos, todavia, podem ser vistos como indicativos da relação Globo/governo federal, ou seja, das barganhas engendradas por essa parceria - muitas vezes tácita -, fomentadas por interesses corporativos e políticos (as Organizações Globo e o grupo político e/ou econômico detentor do poder).

Os temas analisados foram veiculados em 18 edições do Jornal Nacional, que foram ao ar em abril e maio de 2003 e fevereiro de 2004: sete do primeiro tema (de 25/04/03 a 02/05/03, período que coincide com a entrega das propostas de emendas constitucionais das duas reformas pelo presidente Lula ao Congresso para a devida apreciação, e a movimentação de políticos aliados e da oposição, sociedade, empresários, sindicalistas na expectativa pela aprovação ou mudanças no texto da emenda); quatro do segundo (de 21/05/03 a 24/05/03, que é a época da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central durante o governo Lula para definir a taxa de juros); e sete do terceiro (de

13/02/04 a 20/02/04, que são as edições que correspondem à primeira semana de divulgação do Caso Waldomiro Diniz).

Uma vez que o *corpus* da análise foi escolhido conforme os critérios já mencionados, ao contrário de amostras aleatórias adotadas em outros tipos de pesquisa em Comunicação, não é possível generalizar as considerações efetuadas por este estudo a respeito das relações entre o Jornal Nacional, a Rede Globo e o governo federal. No entanto, podemos avançar interpretações mais amplas sobre o papel da emissora e seu telejornal mais importante na política brasileira. Como já foi dito, essa relação nem sempre é explícita e, por ser freqüentemente tácita, não fundamenta comprovações – ao menos nesta pesquisa - mas apenas indícios.

Os temas escolhidos para análise figuraram na agenda geral da mídia e, conseqüentemente, da audiência brasileira, tamanha sua importância no cenário político, econômico e social. Essa medida metodológica foi tomada a fim de constatar se o Jornal Nacional garantiu destaque em sua pauta mesmo a temas considerados delicados, devido à nítida interferência política, e que por si só poderiam, dependendo do enquadramento adotado, alterar o tom oficialista tradicional da Globo.

As reportagens do Jornal Nacional selecionadas para o *corpus* foram objeto de uma análise de enquadramento – *frame analysis* – adotando a metodologia de pesquisa em Comunicação proposto por Lopes (2001). A análise de enquadramento é uma abordagem analítica de produtos da Comunicação, em especial do Jornalismo, que procura interpretar as mensagens mediáticas como representações instauradas pelas escolhas do texto jornalístico. Este tipo de análise requer uma integração com um estudo mais ampliado, que leve em conta os contextos histórico-social, político e econômico, por meio de levantamentos de outros autores da área de Comunicação das Ciências Sociais. As reportagens passaram por uma análise descritiva, que culminou com a classificação dos enquadramentos em categorias. Em seguida, procedeu-se a análise interpretativa, quando foi possível fazer inferências e distanciar-se do dado empírico em direção à cientificidade.

Resultados

Em termos numéricos, nas edições analisadas o telejornal destacou 39 vezes argumentos pró-reformas contra duas vezes as justificativas desfavoráveis. A tabela a seguir sintetiza as comparações efetuadas e indica o enquadramento geral em relação ao governo do PT utilizado pelo Jornal Nacional para veicular as reformas constitucionais:

Tabela 1 – Síntese dos enquadramentos apresentados sobre as reformas constitucionais

ENQUADRAMENTOS	OCORRÊNCIAS
Favoráveis ao governo do PT	39
Desfavoráveis ao governo do PT	02

O Jornal Nacional apresenta a mesma quantidade de expressões e frases para se referir favoravelmente e contrariamente à manutenção da taxa de juros: são cinco ocorrências para cada caso. Esse empate evidencia que não existe uma tendência nem pró e nem contra o governo do PT ao veicular as reportagens sobre a manutenção da taxa de juros. O assunto mostra-se controvertido no sentido de as reportagens apresentarem a mesma quantidade tanto de expressões que se referem à manutenção da taxa como uma atitude favorável ou desfavorável ao governo, o que denota uma neutralidade no enquadramento utilizado pelo *Jornal Nacional* para noticiar o assunto:

Tabela 2 – Síntese dos enquadramentos apresentados sobre a manutenção da taxa de juros

ENQUADRAMENTOS	OCORRÊNCIAS
Favoráveis ao governo do PT	05
Desfavoráveis ao governo do PT	05

O caso Waldomiro é retratado mais como um escândalo de corrupção isolado, uma vez que por 96 vezes o Jornal Nacional o representa como um “crime”, “escândalo” ou “denúncia de corrupção”, que uma denúncia de irregularidades de um membro do governo petista. Afinal, o “escândalo” só é associado ao governo federal em dez passagens. Às 96 vezes em que o caso é tratado sem referências diretas ao governo petista, soma-se as 25 em que o telejornal destaca o fato de Waldomiro Diniz ter sido afastado do governo, o que,

indiretamente, isenta-o de culpas uma vez que já tomou as providências necessárias. Dessa forma, temos:

Tabela 3 – Síntese dos enquadramentos apresentados sobre o Caso Waldomiro

ENQUADRAMENTOS	OCORRÊNCIAS
Favoráveis ao governo do PT	111
Desfavoráveis ao governo do PT	10

Se logo após o anúncio da vitória do PT nas eleições que escolheram o presidente brasileiro para o mandato de 2003 a 2006 a relação entre o partido e o *Jornal Nacional* foi apelidada por muitos críticos da mídia como “lua-de-mel” (BRUNO, 2003; MAGALHÃES, 2003; TEMER, 2003; FREITAS, 2004), o que ocorreu nos meses seguintes, até meados de 2004, pode ser entendido como indícios de um casamento extremamente harmônico. As análises efetuadas por esta pesquisa e resumidas neste artigo permitem fazer indicações desse enquadramento simpático ao governo, ainda que a benevolência do *Jornal Nacional* em relação à primeira gestão federal do PT não seja adesista. Mais um presidente no Executivo Federal brasileiro, mesmo que ele tenha sido combatido durante mais de uma década, e a Rede Globo, por meio do *Jornal Nacional*, renova sua vocação governista. Embora as análises efetuadas pela presente pesquisa não tenham comprovado um enquadramento sistemático a favor do governo pelo principal telejornal da *Globo* - e, conseqüentemente, de todo o país - , as representações instauradas pelo *Jornal Nacional* são implicitamente mais favoráveis do que desfavoráveis ao governo Lula.

É forçoso admitir que o *Jornal Nacional* mudou de estilo. A exemplo de outras ocasiões, o telejornal mais assistido do país não utiliza, para apoiar o grupo político que detém o poder, a omissão, como ocorreu em 1984, na época da campanha pelas Diretas-Já; nem é indubitavelmente favorável a um lado, como demonstrou ser em 1989, durante a campanha que elegeria diretamente pela primeira vez um presidente após um jejum de mais de 30 anos; tampouco negligencia totalmente o noticiário político, como o fez em 1998.

No entanto, as análises feitas corroboram a afirmação de que a característica de ser favorável ao governo, demonstrada pelo Jornal Nacional, ainda persiste, embora por meios mais sutis. No Caso Waldomiro, por exemplo, o Jornal Nacional não defende a gestão federal do PT sonhando a notícia, mas a poupa de insinuações mais perigosas que surgiram naturalmente a partir do momento em que as denúncias de corrupção foram anunciadas pela mídia.

O mesmo ocorre com a cobertura das reformas constitucionais. Para as críticas, utiliza entrevistas feitas com políticos da oposição, o que dá a impressão de que o Jornal Nacional é neutro. No jargão jornalístico utilizado nas Redações de qualquer meio noticioso, isso significa dizer que o telejornal global colocou a polêmica “na boca dos entrevistados”, a fim de eximir-se de qualquer responsabilidade por enquadramentos pró ou contra o governo petista. Ao cobrir as reformas, o telejornal também não empreende críticas ao texto da reforma, mas apenas enaltece a urgência delas. Ao menos nas edições analisadas, aspectos importantes e extremamente polêmicos, como as modificações nas regras da aposentadoria no setor público, ficam em segundo plano, e não são alvo de discussões e críticas pelo Jornal Nacional.

A mesma tendência pode ser verificada em relação à cobertura da definição da taxa de juros, em maio de 2003. O telejornal não lembra as promessas que Lula fez na campanha de modificar a política financeira e nem critica diretamente a adoção das mesmas taxas existentes no governo anterior. Na sua condição de ser conduzido por apresentadores e não âncoras, o Jornal Nacional apenas apresenta o fato. Um pouco de crítica, ainda que sutil e permeada por ironia, fica por conta apenas das charges do cartunista Chico Caruso. Isso não significa, todavia, a existência de um enquadramento ambíguo. Na verdade, o que não é categoricamente afirmado no texto da notícia está na charge, que complementa várias reportagens analisadas como se fosse uma conclusão do assunto. Acreditamos que o grau elevado de criticidade das charges em relação às reportagens deve-se ao fato de ser um gênero humorístico, opinativo e assinado por um colaborador, o que confere um sentido autoral, portanto subjetivo e “artístico” ou fabulativo e, não, real às ironias.

Dessa forma, o Jornal Nacional firma seu tradicional posto de telejornal benevolente, simpático ao governo federal, o que endossa o argumento previamente apresentado de que a Rede Globo procura sempre se aliar aos novos governantes a cada

sucessão presidencial, independentemente do partido representado. Desde o início do governo Lula, a postura que a Rede Globo e o Jornal Nacional adotariam em relação à gestão petista gerou grande expectativa, uma vez que esse seria o primeiro mandato de um grupo tradicionalmente de esquerda. Mudanças significativas no enquadramento oficialista do telejornal não ocorreram, todavia. Em troca, a Globo continuou “intocada em seus privilégios”, como previram Lima e Caparelli (2004).

Considerações Finais

A televisão no Brasil é uma concessão de serviço público, o que, por si só, já implica uma certa dependência em relação ao governo federal. Além do estado, a TV brasileira também é refém dos interesses mercadológicos, ao contrário do que ocorre na Inglaterra, por exemplo, onde prevalece o interesse público. Por um lado, a questão da grave situação financeira das *Organizações Globo* por volta do período eleitoral e a expectativa por um empréstimo do BNDES, referida por diversos autores e amplamente divulgada pela mídia, é sugerida como um fator relacionado à conduta do telejornalismo da Globo em face do novo governo. Os dados utilizados por esta pesquisa e as análises empreendidas não são suficientes para estabelecer relações definitivas entre esses fatos. Desvendar essa questão é tarefa para estudos mais amplos, que adotem outros métodos, adequados a esse problema.

Por outro lado, da mesma maneira como a Globo depende do governo, o governo depende da Globo. Na verdade, a mídia de forma geral é indispensável às ações políticas de qualquer governo para reforçar idéias, ações e temas, conforme ressalta Weber (2000). E como já foi dito, falar em mídia no Brasil é falar primeiramente em televisão. A singularidade da Globo na mídia, tamanho o alcance e a supremacia dessa emissora no cenário mediático, a destaca nesse contexto. Essa influência recíproca é indicativa da mediatização da política brasileira e da veracidade do fenômeno da videopolítica, isto é, o papel crescente no processo político das representações que a televisão faz da luta pelo poder.

A relação pouco amistosa entre Lula e a Globo, oriunda dos processos eleitorais anteriores, esvaiu-se. Talvez porque o PT também tenha mudado de postura, ao abandonar ideologias e bandeiras de luta instituídas desde sua criação. Aos 25 anos e no primeiro mandato na cobiçada presidência da República, o Partido dos Trabalhadores demonstra ter-se deslocado para o centro do espectro político brasileiro, adotando políticas conservadoras, em especial nas áreas econômica e política. Indícios dessas transformações não faltam na área econômica: obediência às prerrogativas do FMI (Fundo Monetário Internacional), combatidas desde a criação do partido; adoção de uma política monetária restritiva, contrária às demandas desenvolvimentistas do conjunto da sociedade brasileira. Na área política, a coalizão com agremiações de centro e de direita; expulsões e ameaças de punição de deputados que se insurgem contra as mudanças de rumo do governo, adoção de marketing eleitoral para direcionar estratégias de campanhas etc.

Reconhecemos que a audiência não é passiva ao ponto de se influenciar totalmente pelos enquadramentos adotados pelo Jornal Nacional. Não obstante, também admitimos que para uma audiência que não tem acesso a mais um meio de comunicação, a não ser à televisão, e que utiliza o telejornal da Globo, veiculado estrategicamente entre duas novelas, como única fonte de informação e de formação da opinião, sua influência no agendamento da opinião pública deve ser considerável. Sendo assim, os enquadramentos do Jornal Nacional tornam-se as representações da política recebidas por cerca de 31 milhões de telespectadores que assistem o noticiário diariamente. Para essas pessoas, se a Globo não agenda um assunto, ele fica adormecido. Pelo contrário, se o telejornal insiste num tema, ele tende a virar assunto das conversas.

Os enquadramentos, que constituem as representações divulgadas pela emissora, podem ser confundidas com a realidade devido à falta de outros referenciais. Vale lembrar como exemplo a popularidade crescente de Lula, a qual inferimos ser resultado da divulgação de representações mediáticas pela Globo pouco críticas, às quais a maioria da audiência tem acesso como fonte única de informação. Desse modo, enquadramentos que a emissora dispensar para o tema agendado provavelmente serão os dominantes devido à força singular que este veículo tem no cenário mediático brasileiro. Os enquadramentos adotados pelo Jornal Nacional da Rede Globo têm o poder de influenciar a política devido à magnitude dessa emissora e o fato dela não ter concorrentes que possam abalar sua

hegemonia no cenário mediático brasileiro. Por isso, o que a Globo veicula acaba por se tornar definitivo, único, verdadeiro e delineador de condutas para a audiência.

Ao mesmo tempo, vale ressaltar que, desde o período eleitoral de 2002, a Rede Globo demonstra ter adotado mudanças na sua cobertura jornalística em relação à política, antes claramente benevolente ao grupo detentor do poder político. Embora a cobertura do primeiro e do terceiro temas analisados por esta pesquisa demonstrem a adoção de enquadramentos favoráveis ao governo do PT, o Jornal Nacional apresenta um certo equilíbrio no tratamento dos assuntos porque, como já foi dito, a representação pró-governo não é explícita e nem deliberada. O telejornal demonstra obedecer a critérios mais profissionais na condução das notícias e a adotar enquadramentos mais neutros como determina a ética jornalística.

Embora pareça ufanista, é necessário admitir que, frente a essa situação, ganha a democracia brasileira, que tem condições de ter pleitos mais competitivos, e também o jornalismo, que consegue cumprir sua função social de informar a população. Afinal, enquadramentos existem em qualquer situação em que haja representações mediáticas. Reconhecemos que a Globo ainda permanece benevolente na cobertura dos fatos relacionados ao governo federal, mas cabe ressaltar que esses enquadramentos estão bem mais sutis ao jornalismo oficialista praticado por exemplo durante o Regime Militar.

Diante dessas considerações, surgem algumas questões. Será destino da televisão hegemônica ser governista ou conservadora (que atue como um fator de coesão social e equilíbrio), aliado ao fato de que ela ganha prestígio junto ao governo federal que, no Brasil, é o poder concedente, fonte de recursos, leis e regulamentos, mesmo que a legislação precise passar pelo crivo do Congresso? Em relação às representações mediáticas instauradas pela emissora sobre os três temas analisados, podemos questionar se a *Globo* estaria tentando aumentar seu cacife junto ao governo federal, embora já seja comprovado seu papel central no oligopólio da mídia brasileira?

Por fim, reiteramos aqui, a necessidade de a mídia brasileira, sobretudo a televisão devido a seu caráter mais abrangente, ser crítica em relação a temas políticos, a fim de consolidarmos os ideais democráticos. A mídia não deve se eximir de críticas a qualquer que seja o ocupante do governo e examinar todos os aspectos de um assunto de forma investigativa. Sem querer ditar uma postura normativa, o jornalismo precisa ser vigilante,

cobrar ações e criticar eventuais deslizes. Dessa forma, a mídia cumpre sua função de ser o Quarto Poder, promovendo a vigilância e crítica aos poderes constituídos, em nome dos cidadãos – e dos telespectadores/leitores.

Referências bibliográficas

AMORIM, Paulo Henrique. **Os 35 anos do Jornal Nacional**. 2004. Disponível em: <<http://plogdopaulohenrique.zip.net>>. Acesso em: 31 jan. 2005.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRUNO, Chico. **Pautada pelo oficialismo**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq030620034.htm>> Acesso em: 03 jun. 2003.

COLLING, Leandro. *Agenda-setting e o framing: reafirmando os efeitos limitados*. **Revista Famecos**. Porto Alegre: Edipucrs. n. 14, p. 88-100, abr. 2001.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. **A construção do cenário de representação da política (CR-P) das eleições presidenciais de 1998 pelo Jornal Nacional da Rede Globo**. Pesquisa financiada pelo PAE/PROEX. Bauru: Unesp, 1998 (mimeografado).

ENTMAN, Robert. *Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the Kal and Iran Air incidents*. In: **Journal of Communication**. v. 41 n. 4, p. 6-27, Autumn, 1991.

_____. *Framing: Toward clarification of a fractured paradigm*. In: LEVY, M. & GUREVITCH, M. (orgs.). **Defining media studies**. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 293-300, 1994.

FREITAS, Janio de. *Os desafinados*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mar. 2004. Brasil, p. 5.

GUIMARÃES, Cesar & VIEIRA, Amaral. *A televisão brasileira na transição: um caso de conversão rápida à nova ordem*. In: **Comunicação & Política** Rio de Janeiro: Forense, v.1, n. 6, p. 11-29, 1986.

JORNAL NACIONAL: A NOTÍCIA FAZ HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LIMA, Venício Artur de & GUAZINA, Liziane. **“Responsabilidade Social” em tempos de crise: novo oficialismo do Jornal Nacional?** Trabalho apresentado no 28º Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Caxambu/MG, 26 a 30 de out. 2004.

LIMA, Venício Artur de & CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação e Televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Política Eleitoral na TV: um estudo comparado do Jornal Nacional (JN) e do Jornal da Record (JR) em 1998**. Relatório Preliminar do trabalho apresentado ao GT Mídia, Opinião Pública e Eleições do XXII Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu). Brasília: UnB, 1998.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MAGALHÃES, Mário. *Desafios do Jornalismo*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 jan. 2003. Opinião, p. 2.

MATOS, Heloiza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1985.

SINGER, André. **PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **A consumação do fato: representações da primeira semana do “Governo Lula” no telejornalismo da Rede Globo de Televisão**. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/anat1.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2003.